



RESOLUÇÃO DA PRESIDÊNCIA Nº 03/2026

Regulamenta a Procuradoria-Geral do IAB, ratifica sua titularidade e organiza a sua estrutura em Núcleos de Apoio Especializados.

A Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, no exercício de suas atribuições estatutárias e regimentais;

CONSIDERANDO a proposta de mudança estatutária que prevê a instituição da Procuradoria-Geral como órgão de assessoramento jurídico e fiscalização da lei estatutária;

CONSIDERANDO que o **Dr. Fernando Orotavo Neto** já exerce a função de Procurador-Geral, sendo imperativa a formalização da estrutura que o circunda;

CONSIDERANDO a importância de segmentar os trabalhos por **núcleos especializados** para maior eficiência técnica;

RESOLVE:

Art. 1º. A Procuradoria-Geral será constituída pelo Procurador-Geral e pelos Procuradores especiais, especialmente designados para assessorar o Procurador-Geral no exercício das suas funções, enquanto perdurar o mandato do Procurador-Geral.

I - O Procurador-Geral, os Procuradores Especiais e os Procuradores Ad hoc deverão, obrigatoriamente, integrar o quadro de membros efetivos do IAB.

Parágrafo único. Os Procuradores *Ad hoc* são aqueles temporariamente designados pelo Procurador-Geral, *ad referendum* da Presidência, para representá-lo judicial ou administrativamente, findando-se a atuação com a conclusão do objeto ou exoneração.

Art. 2º. Fica ratificada a titularidade do Dr. Fernando Orotavo Neto como Procurador-Geral e Coordenador dos trabalhos da Procuradoria, mantendo-se integralmente as prerrogativas e atribuições inerentes ao cargo.



Art. 3º. Os Procuradores especiais serão nomeados pelo Procurador-Geral e pela Presidente por portaria conjunta. Para os Procuradores *Ad hoc*, a nomeação configura-se pela simples entrega de substabelecimento com reserva de iguais poderes, valendo a partir da juntada do instrumento ao processo.

Art. 4º. A Procuradoria será organizada em **Núcleos de Apoio Especializados**, visando a segmentação técnica dos trabalhos. A definição das áreas de atuação dos Núcleos e a designação de seus membros serão estabelecidas pela Presidência mediante Portaria, assegurando a adequação técnica com a matéria tratada.

Art. 5º. Compete ao Procurador-Geral:

- I - Representar o IAB em ações judiciais (parte, terceiro ou *amicus curiae*) perante qualquer órgão do Judiciário;
- II - Representar o IAB com o Presidente em conciliações, mediações, arbitragens e processos administrativos;
- III - Assessorar na elaboração de contratos e convênios, apondo o visto jurídico;
- IV - Atuar como fiscal da lei estatutária em processos disciplinares, emitindo parecer antes do julgamento;
- V - Atuar como fiscal da lei em recursos disciplinares perante o Conselho Superior e Assembleia Geral;
- VI - Emitir parecer jurídico sobre questões controvertidas quando instado pelos órgãos do IAB;
- VII - Assessorar na elaboração de Portarias, Resoluções e Instruções da Presidência;
- VIII - Assessorar em toda e qualquer medida extrajudicial;
- IX - Nomear Procuradores especiais (*ad referendum* da Presidência);
- X - Nomear Procuradores *Ad hoc* para processos específicos, delegando representação para audiências e sustentação oral;
- XI - Orientar e promover a direção jurídica da atuação dos Procuradores especiais e *Ad hoc*;
- XII - Elaborar relatório circunstanciado sobre processos judiciais no prazo improrrogável de até 15 (quinze) dias úteis;



XIII - Exonerar ou destituir Procuradores especiais e *Ad hoc ad nutum*, *ad referendum* da Presidência.

IX – Sugerir contratações ou aquisição de materiais para o bom desenvolvimento do trabalho;

X- monitorar o lançamento de informações sobre os processos no site e/ou outros veículos de comunicação institucionais.

Art. 6º. Das Garantias e Prerrogativas:

§ 1º. Os pareceres do Procurador-Geral têm natureza de mera opinião legal e não vinculam a decisão final dos órgãos do IAB.

§ 2º. O Procurador-Geral poderá ser exonerado pela Presidência *ad nutum*, e está autorizado a pedir exoneração sem justificativa.

§ 3º. A nomeação e exoneração de Procuradores Especiais e *Ad hoc* deve ser formalizada por Portaria conjunta do Procurador-Geral e Presidente.

§ 4º. O Procurador-Geral não integra a Diretoria Estatutária, ficando, a critério da Presidente, dispensado de reuniões sobre matérias alheias ao seu cargo.

§ 5º. O Procurador-Geral fica dispensado de comparecer às reuniões das Comissões que integra, sendo sua ausência automaticamente justificada.

§ 6º. A assunção do cargo de procurador geral dispensa solenidade formal.

§ 7º. O Procurador-Geral estabelecerá os procedimentos internos da Procuradoria com independência e autonomia.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rita Cortez

Presidente Nacional do IAB